



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região
AC - AM - DF - GO - MT - MS - RO - RR - TO
CRT-01



Ofício nº 1359/2020 – DFISC/MT

Cuiabá – MT, 18 de Agosto de 2020.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

End. Rua Dom Aquino N - 346, Centro - Alto Garças – MT - CEP: 78.770-000

CNPJ: 03.133.097/0001-07

Assunto: Retificação de Edital de Tomada de Preços 004/2020 – Processo de Licitação 103/2020.

Prezado (a)

Por meio deste, encaminho anexo, lei 13.639/2018 que **Cria o Conselho Federal e Regionais dos Técnicos Industriais**, neste também segue ofício circular 01/2019 que informa a **Criação do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Primeira Região – CRT-01**.

Segue também as seguintes resoluções:

Resolução 045/2018 – que dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional do Técnico Industrial, os procedimentos para a formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de penalidades, e dá outras providências.

Resolução 074/2019 Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, revoga a Resolução nº39 e dá outras providências.

Resolução 085/2019 que aprova a tabela de títulos de profissionais regido por este conselho;

Resolução 094/2020 Altera o Art.3º Inciso XII e Parágrafo Único e Art.5º da Resolução nº074 de 05 de julho de 2019 e dá outras providências

Neste contexto e conforme o edital de licitação na modalidade de **tomada de preços 004/2020 com processo de licitação 103/2020** tendo o objeto: **Contratação de empresa especializada para execução de serviços elétricos para extensão RDU de baixa e alta tensão para iluminação pública em diversas ruas e avenidas do Município de Alto Garças – MT, Conf. Projetos, planilhas orçamentária, cronograma, Mem. Descritivo, Espec. e Normas técnicas constantes dos anexos desta tomada de preços por execução indireta, em regime de empreitada por preço global.** Tendo em seus itens e subitens conforme abaixo:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região
AC - AM - DF - GO - MT - MS - RO - RR - TO

CRT-01



EDITAL

10- DO ENVELOPE Nº01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

10.1.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do local da Sede da Licitante e prova de regularidade da situação junto a este Conselho. CND Pessoa Jurídica

b) Certidão de Registro junto ao CREA ou CAU, do profissional responsável técnico da Licitante, com atribuições compatíveis com o objeto licitado. CND Pessoa Física. OBS.: Caso o registro da Licitante seja de outro Estado, esta deverá providenciar a regularização antes do início da execução dos serviços, perante o CREA/MT ou CAU/MT

*Como forma de considerar habilitadas, poderão ser aceitos até 50% (cinquenta por cento) dessas quantidades, ou a critério da CPL e corpo técnico da Prefeitura, desde que devidamente informadas na CAT, e registradas no CREA/CAU.

f.2) A licitante deverá indicar a relação nominal explícita dos profissionais de nível superior a serem alocados aos serviços objeto desta licitação, com o número de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro Conselho competente, e do respectivo título de habilitação, referindo-se, pelo menos, ao engenheiro responsável e dos demais da equipe técnica (exemplo: arquitetos, encarregados, operários, etc) a serem utilizados na obra e declarar que os mesmos exercerão diretamente suas atividades no local da execução dos serviços contratados, sendo somente admitida a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela administração. (Modelo do licitante).

16 DA CONTRATAÇÃO

16.2. Caso a licitante vencedora tenha seu registro do CREA ou CAU em outro Estado, deverá apresentar no momento da assinatura do contrato, visto do CREA ou CAU do Estado de Mato Grosso, onde o serviço será executado (Artigo 69 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966);

21 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.7. Possuir corpo técnico qualificado em conformidade com o porte da obra contratada e Anotações de Responsabilidade Técnica apresentadas no processo licitatório;

21.22. Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA– MT ou CONSELHO Regional de Arquitetura – CAU, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº 5.194 de 21.12.66, resolução do CONFEA nº 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, devendo apresentar os comprovantes ao Fiscal designado pelo Contratante;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 1ª Região
AC - AM - DF - GO - MT - MS - RO - RR - TO
CRT-01



FUNDAMENTAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

Considerando os expostos acima, nota-se que o **edital licitatório** não cita o **Conselho Federal de Técnicos Industriais e Conselho Regionais do Técnicos industriais (CFT/CRT)**.

Considerando que o **edital e os demais itens observados acima**, fixa o **CREA – MT** e ou **CAU-MT** como **conselho competente** perante ao registro da **empresa e quadro de funcionários contratada**, neste sentido reitero que **tais funções abordada no objeto deste edital**, competem também ao **CFT/CRT – Conselho Regional de Técnicos Industriais**, tendo em vista que os projetos, planilhas e demais documentos foram elaborado e assinado por **Técnico em Eletrotécnica**, também informo que é necessário atentar se a diferença entre **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica – Emitida pelo o CREA)** e **TRT (Termo de Responsabilidade Técnica – Emitida pelo o CRT)** – sendo o TRT, presente no anexo deste processo licitatório.

Neste sentido, solicitamos a **retificação** do edital licitatório na modalidade de **tomada de preço 004/2020** com processo de licitação **103/2020 e demais anexos presente**, tendo como intuito principal a inclusão deste conselho no item e subitens citado acima e demais anexos complementares e adequação do mesmo para enquadramento de profissionais com atribuições necessária conforme o Objeto deste Edital, **de forma que possibilite a participação do Técnicos e Empresas Registrada por este conselho, (CFT/CRT)**

Gelcimar Ferreira Clara da Silva - Mtr 0037
Agente de Fiscalização Federal- CRT – 01 – MT



RESOLUÇÃO Nº 074 DE 05 DE JULHO DE 2019

Disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, revoga a Resolução nº 39 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das competências que lhe confere a Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, dando cumprimento à deliberação do Plenário em sua 8ª Reunião Plenária Ordinária, realizada de 3 a 5 de julho de 2019 na sede do CFT em Brasília – DF;

Considerando as funções orientadoras e disciplinadoras previstas no artigo 3º da Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, assim como a competência para detalhar as áreas de atuação privativas dos Técnicos Industriais, estabelecida no artigo 31 da Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, observados os limites legais e regulamentares e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas;

Considerando as competências privativas dos profissionais especializados nas áreas de atuação estabelecidas no § 1º do art. 31 da Lei nº 13.639 de 26 de março de 2018, afastando risco ou dano material ao meio ambiente ou à segurança e saúde do usuário do serviço;

Considerando o estabelecido no Decreto nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto nº 4.560 de 31 de dezembro de 2002, que regulamentam a Lei nº 5.524 de 05 de novembro de 1968, os quais dispõem sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial;

Considerando que o artigo 19 do Decreto nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985, estabelece que *"O Conselho Federal respectivo baixará as Resoluções que se fizerem necessárias à perfeita execução dos regramentos estabelecidos no Decreto"*;

Considerando que o artigo 1º do decreto nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002, que modifica o artigo 9º do decreto nº 90.922 de 6 de fevereiro de 1985;

Considerando que o artigo 2º da Lei nº 5.524 de 05 de novembro de 1968, que outorga ao Técnico Industrial o exercício profissional no campo das realizações através da elaboração e



execução de projetos, assistência técnica, pesquisa tecnológica, manutenção e instalação de equipamentos;

Considerando a necessidade de disciplinar e orientar as competências e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, assim como constantemente aprimorar suas Resoluções.

RESOLVE

Art. 1º. Os Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica, têm prerrogativas para:

- I – Conduzir, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade;
- II - Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas voltadas para sua especialidade;
- III - Orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos elétricos e instalações elétricas;
- IV - Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados da área elétrica;
- V - Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos.

Art. 2º. As atribuições profissionais dos Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica, para efeito do exercício profissional, consistem em:

I - Dirigir e ou conduzir a execução técnica de trabalhos profissionais, bem como orientar e coordenar equipes, na execução de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de eletrotécnica e demais obras e serviços da área elétrica;

II - Prestar assistência técnica e assessoria no estudo de viabilidade e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou nos trabalhos de vistoria, perícia, avaliação, arbitramento e consultoria em Eletrotécnica, observado os limites desta Resolução, bem como exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- 1. Coletar dados de natureza técnica, assim como analisar e tratar resultados para elaboração de laudos ou relatórios técnicos, de sua autoria ou de outro profissional;
- 2. Desenhar com detalhes, e representação gráfica de cálculos, seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;
- 3. Elaborar o orçamento de materiais e equipamentos, instalações e mão-de-obra, de seus próprios trabalhos ou de outros profissionais;
- 4. Detalhar os programas de trabalho, observando normas técnicas e de segurança;
- 5. Aplicar as normas técnicas relativas aos respectivos processos de trabalho;
- 6. Executar os ensaios de tipo e de rotina, registrando observações relativas ao controle de qualidade dos materiais, peças e conjuntos;
- 7. Regular máquinas, aparelhos e instrumentos de precisão.

III - Executar, fiscalizar, orientar e coordenar diretamente serviços de manutenção e reparo de equipamentos, instalações e arquivos técnicos específicos, bem como conduzir e treinar as respectivas equipes;

JC



IV - Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de equipamentos e materiais especializados, assessorando, padronizando, mensurando e orçando;

V - Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos;

VI - Ministrar disciplinas técnicas de sua especialidade, constantes dos currículos do ensino fundamental II e médio, desde que possua formação específica, incluída a pedagógica, para o exercício do magistério, nesses dois níveis de ensino.

VII - Emitir laudos técnicos referentes a rede de distribuição e transmissão de energia elétrica interna ou externa, ou de equipamentos de manobra ou proteção.

Art. 3º. Os Técnicos Industriais com habilitação em eletrotécnica têm, ainda, as seguintes atribuições técnicas:

I - Projetar, executar, dirigir, fiscalizar e ampliar instalações elétricas, de baixa, média e alta tensão, bem como atuar na aprovação de obra ou serviço junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, inclusive Corpo de Bombeiros Militar ou bombeiro civil, assim como instituições bancárias para projetos de habitação;

II - Elaborar e executar projetos de instalações elétricas, manutenção oriundas de rede de distribuição e transmissão de concessionárias de energia elétrica ou de subestações particulares;

III - Elaborar projetos e executar as instalações elétricas e manutenção de redes oriundas de outras fontes de energia não renováveis, tais como grupos geradores alimentados por combustíveis fósseis;

IV - Elaborar projetos e executar as instalações elétricas, e manutenção de redes oriundas de diversas fontes geradoras, como por exemplo:

- a) Biogás – decomposição de material orgânico;
- b) Hidrelétrica – utiliza a força da água de rios e represas;
- c) Solar – fotovoltaica, obtida pela luz do sol;
- d) Eólica – derivada da força dos ventos;
- e) Geotérmica - provém do calor do interior da terra;
- f) Biomassa - procedente de matérias orgânicas;
- g) Maré Motriz - natural da força das ondas;
- h) Hidrogênio - provém da reação entre hidrogênio e oxigênio que libera energia;
- i) Térmica – advém do calor do sol, queima de carvão ou combustíveis fósseis;
- j) Bem como outras fontes de energia ainda não catalogadas.

V - Projetar, instalar, operar e manter elementos do sistema elétrico de potência;

VI - Elaborar e desenvolver projetos de instalações elétricas prediais, industriais, residenciais e comerciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações;

VII - Planejar e executar instalação e manutenção de equipamentos e de instalações elétricas;

VIII - Aplicar medidas para o uso eficiente da energia elétrica de fontes energéticas alternativas renováveis e não renováveis;



IX - Projetar e instalar sistemas de acionamentos elétricos e sistemas de automação industrial;

X - Participar de elaboração de Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas - e outras entidades;

XI - Aferir, manter, ensaiar e calibrar relês primários e secundários de subestações de entradas de energia elétrica;

~~XII - Aferir, manter, ensaiar, calibrar máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de medição e precisão, radiocomunicação, antenas, estações rádio bases, instrumentos de precisão, rede lógica, torres de transmissão de radiodifusão e radiocomunicação; (alterado pela Resolução nº 094/2020)~~

XII - Aferir, manter, ensaiar, calibrar máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de medição e precisão utilizados, inclusive, em antenas, estações rádio bases, instrumentos de precisão, rede lógica, torres de transmissão de radiodifusão e radiocomunicação; (redação dada pela Resolução nº 094/2020)

XIII - Projetar, manter e instalar equipamentos hospitalares, equipamentos médicos, odontológicos, biomédicos, sistemas de sonorização, iluminação cênica, geradores de energia, Pequena Central Hidrelétrica - PCH, usinas hidroelétricas, Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas - SPDA, telecomunicações, fibras óticas, sistemas de monitoramento viário;

XIV - Emissão de laudos técnicos inclusive em perícias judiciais;

~~Parágrafo Único. Os Técnicos em Eletrotécnica, dentro da sua especialidade e formação, têm atribuições para outras atividades não listadas acima, relacionadas a projeto e execução de redes de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, desde que não contrariem o Artigo 5º desta Resolução. (alterado pela Resolução nº 094/2020)~~

Parágrafo Único. Os Técnicos em Eletrotécnica, dentro da sua especialidade e formação, têm atribuições para outras atividades não listadas acima, relacionadas a projeto e execução de redes de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica. (redação dada pela Resolução nº 094/2020)

Art. 4º. O Técnico Industrial com habilitação em eletrotécnica tem a prerrogativa de responsabilizar-se tecnicamente por empresas cujos objetivos sociais sejam condizentes com as atribuições descritas nesta Resolução.

~~Art. 5º. Os Técnicos em Eletrotécnica para as prerrogativas, atribuições e competências disciplinadas nesta Resolução, têm como limite as instalações com demanda de energia de até 800 KVA, independentemente do nível de tensão que supre esse montante de carga. (alterado pela Resolução nº 094/2020)~~

Art. 5º. Os Técnicos em Eletrotécnica para as prerrogativas, atribuições e competências disciplinadas nesta Resolução, podem projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kVA, independentemente do nível de tensão. (redação dada pela Resolução nº 094/2020)

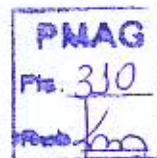
Art. 6º. Revoga-se a Resolução nº 39, de 26 de outubro de 2018, assim como as disposições em contrário.



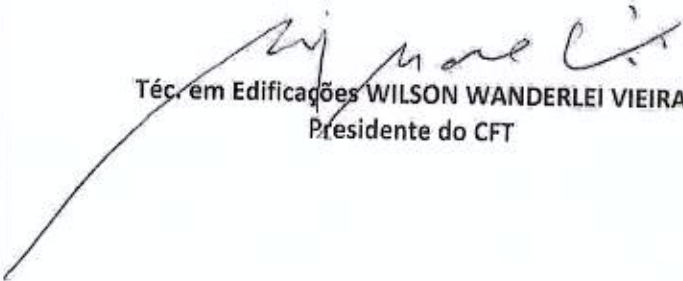
CFT
Conselho Federal dos
Técnicos Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: atendimento@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br



Art. 7º. A presente Resolução, entra em vigor na data de sua publicação.


Téc. em Edificações WILSON WANDERLEI VIEIRA
Presidente do CFT



RESOLUÇÃO 094 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera o Art. 3º inciso XII e Parágrafo Único e Art. 5º da Resolução nº 074 de 05 de julho de 2019 e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, bem como a Resolução nº 078 de 26 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO o necessário e constante aprimoramento dos atos administrativos do Conselho Federal.

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução nº 074 de 05 de julho de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º.....

XII - Aferir, manter, ensaiar, calibrar máquinas e equipamentos eletroeletrônicos, instrumentos de medição e precisão utilizados, inclusive, em antenas, estações rádios bases, instrumentos de precisão, rede lógica, torres de transmissão de radiodifusão e radiocomunicação.

Parágrafo Único. Os Técnicos em Eletrotécnica, dentro da sua especialidade e formação, têm atribuições para outras atividades não listadas acima, relacionadas a projeto e execução de redes de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica.

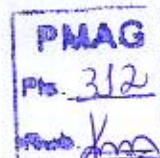
Art. 5º. Os Técnicos em Eletrotécnica para as prerrogativas, atribuições e competências disciplinadas nesta Resolução, podem projetar e dirigir instalações elétricas com demanda de energia de até 800 kVA, independentemente do nível de tensão.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
Téc. Edificações **WILSON WANDEREI VIEIRA**
Presidente do CFT



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 27/03/2018 | Edição: 59 | Seção: 1 | Página: 1

Órgão: Atos do Poder Legislativo

Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

LEI Nº 13.639, DE 26 DE MARÇO DE 2018

OPRESIDENTEDAREPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa.

Art. 2º Aplica-se o disposto na alínea "c" do inciso VI do **caput** do art. 150 da Constituição Federal ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais, ao Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas.

Art. 3º Os conselhos federais e regionais de que trata esta Lei têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias.

§ 1º Os conselhos regionais serão denominados Conselho Regional dos Técnicos Industriais e Conselho Regional dos Técnicos Agrícolas, com acréscimo da sigla da unidade federativa ou da região geográfica correspondente.

§ 2º Os conselhos federais e os conselhos regionais terão sua estrutura e seu funcionamento definidos em regimento interno próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros.

§ 3º A instituição das estruturas regionais ocorrerá com observância das possibilidades efetivas de seu custeio com recursos próprios, considerados ainda seus efeitos nos exercícios subsequentes.

Art. 4º O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, com sede e foro em Brasília, serão integrados por brasileiros, natos ou naturalizados, cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.

Art. 5º Os conselhos federais serão compostos pela Diretoria Executiva e pelo Plenário deliberativo.

§ 1º O Plenário deliberativo será composto pelos conselheiros federais, eleitos juntamente com seus suplentes, respeitados os critérios de representação regional definidos em regimento interno.

§ 2º O mandato dos membros dos conselhos federais terá duração de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) reeleição.

Art. 6º A Diretoria Executiva dos conselhos federais será composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Diretor Administrativo;
- IV - Diretor Financeiro;
- V - Diretor de Fiscalização e Normas.



§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos, por meio de voto direto e secreto, pelos profissionais aptos a votar.

§ 2º No caso de vacância dos cargos de que tratam os incisos III, IV e V do **caput** deste artigo, o Plenário deliberativo escolherá entre seus membros os novos diretores.

Art. 7º O Plenário dos conselhos federais será composto por no mínimo 12 (doze) e no máximo 27 (vinte e sete) conselheiros federais, acrescido dos membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Cada unidade federativa do País será representada no Plenário por, no máximo, 1 (um) conselheiro.

Art. 8º Compete aos conselhos federais:

I - zelar pela dignidade, pela independência, pelas prerrogativas e pela valorização do exercício profissional dos técnicos;

II - editar e alterar o regimento, o código de ética, as normas eleitorais e os provimentos que julgar necessários;

III - adotar medidas para assegurar o funcionamento regular dos conselhos regionais;

IV - intervir nos conselhos regionais quando constatada violação desta Lei ou do regimento interno do respectivo conselho;

V - homologar os regimentos internos e as prestações de contas dos conselhos regionais;

VI - firmar convênios com entidades públicas e privadas, observada a legislação aplicável;

VII - autorizar a oneração ou a alienação de bens imóveis de sua propriedade;

VIII - julgar, em grau de recurso, as questões decididas pelos conselhos regionais;

IX - inscrever empresas de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso, e profissionais estrangeiros técnicos industriais ou técnicos agrícolas, conforme o caso, que não tenham domicílio no País;

X - criar órgãos colegiados com finalidades e funções específicas;

XI - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros e elaborar programas de trabalho e orçamento;

XII - manter relatórios públicos de suas atividades;

XIII - representar os técnicos industriais ou os técnicos agrícolas, conforme o caso, em colegiados de órgãos da Administração Pública federal que tratem de questões do respectivo exercício profissional;

XIV - aprovar e divulgar tabelas indicativas de honorários dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso;

XV - instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais ou o Cadastro Nacional dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

XVI - instituir e manter o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Industriais ou o Acervo de Responsabilidade Técnica dos Técnicos Agrícolas, conforme o caso.

Art. 9º Os conselhos regionais serão compostos pela Diretoria Executiva e pelo Plenário deliberativo.

§ 1º O Plenário deliberativo será composto pelos conselheiros regionais, eleitos juntamente com seus suplentes, respeitados os critérios de representação definidos em regimento interno.

§ 2º O mandato dos membros dos conselhos regionais terá duração de 4 (quatro) anos, admitida 1 (uma) reeleição.

Art. 10. A Diretoria Executiva dos conselhos regionais será composta por:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Diretor Administrativo;

IV - Diretor Financeiro;

V - Diretor de Fiscalização e Normas.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos, por meio de voto direto e secreto, pelos profissionais aptos a votar.

§ 2º No caso de vacância dos cargos de que tratam os incisos III, IV e V do **caput** deste artigo, o Plenário deliberativo escolherá entre seus membros os novos diretores.

Art. 11. O Plenário dos conselhos regionais será composto por no mínimo 12 (doze) e no máximo 100 (cem) conselheiros regionais, acrescido dos membros da Diretoria Executiva, observado o quantitativo de profissionais inscritos em cada conselho.

Parágrafo único. O número de conselheiros de cada conselho regional será definido em resolução aprovada pelo respectivo conselho federal.

Art. 12. Compete aos conselhos regionais:

- I - elaborar e alterar os seus regimentos e os demais atos;
- II - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no regimento interno e nos demais atos normativos do respectivo conselho federal e em seus próprios atos, no âmbito de sua competência;
- III - criar representações e escritórios descentralizados na sua área de atuação, na forma do regimento interno do respectivo conselho federal;
- IV - criar colegiados com finalidades e funções específicas;
- V - cadastrar os profissionais e as pessoas jurídicas habilitadas na forma desta Lei e emitir o registro de sua carteira de identificação;
- VI - manter atualizado o cadastro de que trata o inciso V do **caput** deste artigo;
- VII - cobrar as anuidades, as multas e os Termos de Responsabilidade Técnica;
- VIII - fazer e manter atualizados os registros de direitos autorais e de responsabilidade e os acervos técnicos;
- IX - fiscalizar o exercício das atividades de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso;
- X - julgar em primeira instância os processos disciplinares, na forma que determinar o regimento interno do respectivo conselho federal;
- XI - deliberar sobre assuntos administrativos e financeiros e elaborar programas de trabalho e orçamento;
- XII - sugerir ao respectivo conselho federal medidas para aprimorar a aplicação do disposto nesta Lei e para promover o cumprimento de suas finalidades e a observância aos princípios estabelecidos;
- XIII - representar os técnicos industriais ou os técnicos agrícolas, conforme o caso, em colegiados de órgãos da Administração Pública estadual, distrital e municipal que tratem de questões de exercício profissional e em órgãos não governamentais da área de sua competência;
- XIV - manter relatórios públicos de suas atividades;
- XV - firmar convênios e outros instrumentos legais para a valoração e a qualificação profissional;
- XVI - operacionalizar o Acervo de Responsabilidade Técnica.

Art. 13. As atividades dos conselhos federais e dos conselhos regionais serão custeadas exclusivamente por renda própria.

Art. 14. Constituem recursos dos conselhos:

- I - doações, legados, juros e receitas patrimoniais;
 - II - subvenções;
 - III - resultados de convênios;
 - IV - outros rendimentos eventuais.
- § 1º Constituem, ainda, recursos dos conselhos regionais receitas com anuidades, contribuições, multas, taxas e tarifas de serviços.

§ 2º Constituem, ainda, recursos dos conselhos federais 15% (quinze por cento) da arrecadação prevista no § 1º deste artigo.



Art. 15. A cobrança de multas e anuidades observará o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011.

Art. 16. O trabalho de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas será objeto de Termo de Responsabilidade Técnica.

Parágrafo único. Atos do Conselho Federal dos Técnicos Industriais e do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão as hipóteses de obrigatoriedade e de dispensa do Termo de Responsabilidade Técnica, em cada caso.

Art. 17. Não será efetuado Termo de Responsabilidade Técnica sem o prévio recolhimento da taxa do Termo de Responsabilidade Técnica pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável.

Art. 18. O valor da taxa do Termo de Responsabilidade Técnica não poderá ser superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo único. O valor referido no **caput** deste artigo poderá ser atualizado, anualmente, de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no exercício anterior.

Art. 19. A falta do Termo de Responsabilidade Técnica sujeitará o profissional ou a empresa responsável à multa de 300% (trezentos por cento) sobre o valor da Taxa de Termo de Responsabilidade Técnica não paga, corrigida a partir da autuação com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação do pagamento, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética e da obrigatoriedade da paralisação do trabalho até a regularização da situação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo na hipótese de trabalho realizado em resposta à situação de emergência se o profissional ou a pessoa jurídica providenciar, assim que possível, a regularização da situação.

Art. 20. Constituem infrações disciplinares, além de outras definidas pelo código de ética:

I - requerer registro de projeto ou trabalho técnico ou de criação no respectivo conselho, para fins de comprovação de direitos autorais e formação de acervo técnico, que não tenha sido efetivamente concebido, desenvolvido ou elaborado pelo requerente;

II - reproduzir projeto ou trabalho, técnico ou de criação, de autoria de terceiros, sem a devida autorização do detentor dos seus direitos autorais;

III - fazer falsa prova dos documentos exigidos para o registro no respectivo conselho;

IV - praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção;

V - integrar empresa ou instituição sem nela atuar efetivamente, com objetivo de viabilizar o registro da empresa no respectivo conselho;

VI - locupletar-se ilicitamente, por qualquer meio, à custa de cliente, diretamente ou por intermédio de terceiros;

VII - recusar-se, injustificadamente, a prestar contas a cliente a respeito de quantias que dele houver recebido, diretamente ou por intermédio de terceiros;

VIII - deixar de informar os dados exigidos nos termos desta Lei em documento ou em peça de comunicação dirigida a cliente, ao público ou ao respectivo conselho;

IX - deixar de observar as normas legais e técnicas pertinentes à execução de trabalhos técnicos;

X - agir de maneira desidiosa na execução do trabalho contratado;

XI - deixar de pagar anuidades, taxas, tarifas de serviços ou multas devidos ao respectivo conselho quando devidamente notificado;

XII - não efetuar o Termo de Responsabilidade Técnica quando for obrigatório;



XIII - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício a pessoas não inscritas ou impedidas;

XIV - abster-se de votar nas eleições do respectivo conselho federal.

Art. 21. São sanções disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da atividade de técnico industrial ou de técnico agrícola, conforme o caso, em todo o território nacional por período entre 30 (trinta) dias e 1 (um) ano;

III - cancelamento de registro;

IV - multa no valor de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades.

§ 1º Na hipótese de o profissional ou a sociedade profissional de técnicos industriais ou de técnicos agrícolas, conforme o caso, deixar de pagar anuidades, taxas, tarifas de serviços ou multas devidos ao respectivo conselho, quando devidamente notificado, será aplicada suspensão até a regularização da dívida.

§ 2º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo poderá incidir cumulativamente com as demais.

§ 3º Na hipótese de participação de profissional vinculado a conselho de outra profissão em infração disciplinar, o referido conselho deverá ser comunicado.

Art. 22. Os processos disciplinares dos conselhos federais e dos conselhos regionais observarão as regras constantes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, desta Lei e, de forma complementar, das resoluções do respectivo conselho federal.

Art. 23. O processo disciplinar poderá ser instaurado de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada.

Art. 24. A pedido do representado ou do representante, o processo disciplinar poderá tramitar em sigilo, disponíveis as informações e os documentos nele contidos apenas ao representado, ao eventual representante e aos procuradores por eles constituídos.

§ 1º Após a decisão final, o processo será tornado público.

§ 2º Caberá recurso das decisões definitivas proferidas pelos conselhos regionais ao conselho federal, que decidirá em última instância administrativa.

§ 3º Além do representado e do representante, o presidente e os conselheiros do conselho federal são legitimados para interpor o recurso previsto no § 2º deste artigo.

Art. 25. A pretensão de punição das sanções disciplinares prescreverá no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do fato.

Parágrafo único. A prescrição será interrompida pela intimação do acusado para apresentar defesa.

Art. 26. Cabe a cada conselho regional a emissão do registro da carteira de identificação para o exercício das atividades de técnico industrial ou de técnico agrícola, conforme o caso, que estabelecerem domicílio profissional no respectivo território, prevalecendo o domicílio da pessoa física.

Parágrafo único. O registro de que trata o **caput** deste artigo habilita o profissional a atuar em todo o território nacional.

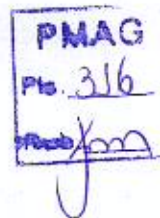
Art. 27. Os conselhos federais e os conselhos regionais serão auditados anualmente por auditoria independente, e os resultados serão divulgados para conhecimento público.

§ 1º Após a aprovação pelo Plenário de cada conselho regional, as contas serão submetidas ao respectivo conselho federal para homologação.

§ 2º O disposto neste artigo não exclui a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 28. O exercício de funções da Diretoria Executiva e de conselheiro dos conselhos federais e dos conselhos regionais será considerado prestação de serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 29. O exercício de função em conselho regional é incompatível com o exercício de função em conselho federal.



Art. 30. Aos empregados dos conselhos federais e dos conselhos regionais aplica-se o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a legislação complementar.

Parágrafo único. Os empregados dos conselhos federais e dos conselhos regionais, ressalvados os ocupantes de cargo em comissão, serão admitidos mediante processo seletivo que observe o princípio da impessoalidade.

Art. 31. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão, observados os limites legais e regulamentares, as áreas de atuação privativas dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso, e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas.

§ 1º Somente serão consideradas privativas de profissional especializado as áreas de atuação nas quais a ausência de formação específica exponha a risco ou a dano material o meio ambiente ou a segurança e a saúde do usuário do serviço.

§ 2º Na hipótese de as normas do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas sobre área de atuação estarem em conflito com normas de outro conselho profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos.

Art. 32. O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de entrada em vigor desta Lei:

I - entregar o cadastro de profissionais de nível técnico abrangidos pela Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais e ao Conselho Federal de Técnicos Agrícolas, conforme o caso;

II - depositar em conta bancária do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas da circunscrição correspondente o montante de 90% (noventa por cento) da anuidade **pro rata tempore** recebida dos técnicos a que se refere esta Lei, em cada caso, proporcionalmente ao período restante do ano da criação do respectivo conselho;

III - entregar cópia de todo o acervo técnico dos profissionais abarcados nesta Lei.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inciso II do **caput** deste artigo, o ativo e o passivo do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia permanecerão integralmente com eles.

Art. 33. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas deverão escriturar separadamente os dados e os numerários referentes a cada ente federativo e retê-los até que o respectivo conselho regional seja instituído.

Parágrafo único. Por ocasião da instituição dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas, o respectivo conselho federal deverá repassar as informações a que se refere o **caput** deste artigo e transferir os recursos repassados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, na forma estabelecida no inciso II do **caput** do art. 32.

Art. 34. A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), em articulação com as federações, os sindicatos e as associações dos profissionais referidos nesta Lei, coordenará o primeiro processo eleitoral para a criação dos conselhos federais, devendo a eleição e a posse ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da publicação desta Lei.

Parágrafo único. Realizada a eleição e instalado o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, caberá ao respectivo conselho decidir em quais Estados serão instalados conselhos regionais e em quais Estados serão compartilhados conselho regional por insuficiência de inscritos.

Art. 35. A eleição dos primeiros conselheiros regionais será organizada pela Diretoria Executiva de cada conselho regional, observadas as disposições desta Lei.



Parágrafo único. A eleição de que trata o **caput** será realizada no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de posse dos membros da Diretoria Executiva e de instalação de cada conselho regional.

Art. 36. Os regimentos internos dos conselhos federais e dos conselhos regionais, constituídos na forma desta Lei, deverão ser elaborados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de posse de seus conselheiros.

Art. 37. O Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas terão prazo de 1 (um) ano, após a entrada em vigor desta Lei, para elaborar o código de ética.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia aos técnicos industriais e aos técnicos agrícolas enquanto os novos conselhos federais não dispuserem diversamente.

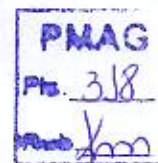
Art. 38. Revoga-se o art. 84 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

Art. 39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de março de 2018; 197^{oda} Independência e 130^{oda} República.

MICHEL TEMER

Torquato Jardim

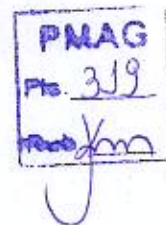


A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



CRT-01

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 1ª Região
AC - AM - DF - GO - MS - MT - RO - RR - TO



Ofício Circular nº 001/2019- GAB/CRT-01

Brasília-DF, 22 de maio de 2019.

Aos órgãos da administração pública Federal, Estadual, Municipal, respectivas Autarquias Públicas, empresas públicas e privadas, e sociedade em geral,

Assunto: Criação do Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Primeira Região — CRT-01

Senhoras e Senhores,

Através da Lei nº 13.639/2018, publicada no D.O.U em 27 de março de 2018, foram criados o Conselho Federal dos Técnicos Industriais — CFT e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais — CRT, os quais passam a integrar o sistema fiscalizador com competência exclusiva, para orientar, disciplinar e fiscalizar (art. 3º da Lei 13.639/18) o exercício profissional dos Técnicos Industriais regulamentados pela Lei nº 5.524/68 e Decreto nº 90.922/85.

Por sua vez, o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, por meio da Resolução nº 013/2018 criou o Conselho Regional dos Técnicos Industriais da Primeira Região — CRT-01, cuja Diretoria Executiva foi eleita e tomou posse em 09/01/2019, com mandato até o dia 22/06/2022.

A jurisdição de abrangência do CRT-01 compreende 09 (nove) Unidades da Federação, a saber: Acre, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Tocantins, sendo a Sede do CRT-01 em Brasília-DF.

Em cada Capital de Estado, o CRT-01 estará representado por um Escritório, que atenderá aos profissionais e à Comunidade.

Sede: SCS Quadra 04, Bloco A, Lote 169 ED. Brasal II, Brasília-DF CEP 70.304-000
Escritório Descentralizado: Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525 - SALA 1313 -Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250



CRT-01

Conselho Regional dos Técnicos
Industriais da 1ª Região

AC - AM - DF - GO - MS - MT - RO - RR - TO



Desse modo, o sistema CFT/CRT assume a função regulamentadora e fiscalizadora da profissão dos Técnicos Industriais, função antes exercida pelo Sistema CONFEA/CREA, sem nenhum prejuízo nas competências, prerrogativas e atribuições técnicas para a categoria profissional.

Acompanhando a lógica desta mudança, ficou estabelecido no art. 17 da Lei 13.639/18 o **Termo de Responsabilidade Técnica — TRT** emitido pelo profissional ou pela pessoa jurídica responsável, na elaboração de projetos ou execuções de obras ou serviços, elaborada no sítio eletrônico www.crt01.gov.br.

O TRT é o documento hábil comprobatório do exercício legal da atividade de Técnico Industrial e substitui, com eficácia idêntica, a ART.

Ante o exposto, solicitamos providências para dar ampla divulgação ao novo órgão fiscalizador CRT-01 adotando as ações que julguem necessárias, no sentido de garantir aos profissionais Técnicos Industriais o livre e pleno exercício profissional.

Atenciosamente.

Contatos:

atendimentodf@crt01.gov.br; atendimentoac@crt01.gov.br; atendimentoto@crt01.gov.br; atendimentogo@crt01.gov.br;
atendimentoro@crt01.gov.br; atendimentoms@crt01.gov.br; atendimentoam@crt01.gov.br; atendimentorr@crt01.gov.br;
atendimentomt@crt01.gov.br;

LUIS ROBERTO DIAS
Técnico em Agrimensura
Presidente do CRT-01
E-mail: gabinete@crt01.gov.br

Sede: SCS Quadra 04, Bloco A, Lote 169 ED. Brasal II, Brasília-DF CEP 70.304-000
Escritório Descentralizado: Av. Dr. Hélio Ribeiro, 525 - SALA 1313 -Alvorada, Cuiabá - MT, 78048-250



Serviço Público Federal
Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT

Resolução Nº 45, de 22 de Novembro de 2018.



Dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional do Técnico Industrial, os procedimentos para formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de penalidades, e dá outras providências.

O Conselho Federal dos Técnicos Industriais, no exercício das competências e prerrogativas de que tratam a Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 e o Regimento Interno;

Considerando o disposto no art. 3º, da Lei nº 13.639, de 2018, que estabelece que o Conselho federal e os Regionais dos técnicos industriais têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias;

Considerando que, de acordo com o art. 8º inciso I a Lei nº 13.639, de 2018, compete ao CFT, zelar pela dignidade, pela independência, pelas prerrogativas e pela valorização do exercício profissional dos técnicos industriais;

Considerando o disposto no art. 12, inciso IX da Lei nº 13.639, de 2018, segundo o qual compete aos CRTs fiscalizar o exercício das atividades profissionais dos Técnicos Industriais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A fiscalização das atividades dos Técnicos Industriais no País, abrangendo as atividades, as atribuições e os campos de atuação profissional dos técnicos industriais descritos na Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 é disciplinada nesta Resolução.

Art. 2º A fiscalização do exercício profissional do técnico industrial prevista nesta Resolução visa garantir à sociedade serviços de qualidade, com as condições de segurança e bem-estar à altura de suas necessidades, a serem prestados por profissionais habilitados com a devida formação e qualificação técnica, em conformidade com as disposições da legislação em vigor.

Art. 3º Para os fins desta Resolução a fiscalização do exercício profissional deverá guiar-se por princípios de natureza educativa, com campanhas visando prioritariamente orientar a atuação dos profissionais e prevenir a ocorrência de possíveis ilícitos ao invés da atuação simplesmente punitiva, buscando dar prioridade à inteligência em relação à ação ostensiva.

§ 1º Caberá aos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais elaborar o Manual de Fiscalização com vistas ao cumprimento ao disposto no caput deste artigo, buscando procedimentos de fiscalização integrados e com parâmetros semelhantes em todas as regiões.

§ 2º Os CRT's executarão sua fiscalização por meio de:

I – Módulos de fiscalização operados dentro do Sistema de Informação dos Conselhos de Técnicos Industriais (SINCETI) ou outros serviços que venham a ser utilizados pelas equipes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



de fiscalização dos CRT's, sempre buscando utilizar a informatização, instrumentalização e geoprocessamento como base dos atos fiscalizatórios apoio à fiscalização;

II – processos administrativos que tenham como parceiros órgãos de controle e fiscalização de outras áreas e objetivos, dos três níveis de governo mediante a integração de bancos de dados;

III – fiscalização de campo, efetuada por integrantes das equipes de fiscalização dos conselhos regionais;

IV – outras formas consideradas legais.

§ 3º O CFT e os CRT's empreenderão, em apoio à ação de fiscalização, campanhas de divulgação do exercício profissional perante a categoria e a sociedade em caráter permanente.

CAPÍTULO II – DO OBJETO E DO OBJETIVO DA FISCALIZAÇÃO

Art. 4º O objeto da fiscalização do exercício profissional dos Técnicos Industriais abrangendo as atividades, atribuições e campos de atuação dos técnicos industriais, privativos ou compartilhados com outras profissões regulamentadas, conforme os dispositivos da Lei nº 13.639, de 2018.

Art. 5º O objetivo da fiscalização de que trata esta Resolução é coibir o exercício ilegal ou irregular das atividades dos técnicos industriais, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 6º À fiscalização de que trata esta Resolução compete verificar, na prestação de serviços dos técnicos industriais, a existência do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) correspondente, nos termos do que dispõe Resolução específica do CFT.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) relativo ao exercício profissional do técnico industrial, em todas as suas atividades, atribuições e campos de atuação, é considerado não apenas como um dever, mas, sobretudo um direito dos técnicos industriais e uma proteção à sociedade.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º A fiscalização do exercício profissional dos técnicos industriais será realizada pelos CRT's e abrangerá todo o território sob jurisdição do conselho correspondente, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018.

§ 1º A fiscalização a que se refere o caput deste artigo contará com estrutura de planejamento e controle, com recursos técnicos de coleta e tratamento de dados e de informações, além de gerenciamento das ações de fiscalização visando a sua eficácia e economicidade, podendo ser utilizado o Centro de Serviços Compartilhados para a busca de maior eficiência e economicidade para os conselhos, além da integração com a utilização de parâmetros fiscalizatórios semelhantes em todos os regionais.

§ 2º Em sua atuação como órgãos de fiscalização do exercício profissional os CRT's poderão promover quantas ações exclusivamente suas como integradas às de outros órgãos públicos, podendo, inclusive, com estes celebrar convênios para essa finalidade.

§ 3º Em caso de ação integrada entre os CRT's e outro órgão público para fins de fiscalização do exercício profissional do técnico industrial, caberá àquele a responsabilidade pela coordenação das operações, devendo as equipes de fiscalização envolvidos na referida ação adotar medidas que evitem a duplicidade de notificações ou autuações referentes ao mesmo fato gerador de uma mesma pessoa física ou jurídica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

PMAG
Fls. 323
Ass. Jm

§ 4º Os CRT's deverão implementar programas de fiscalização preventiva, promovendo a ampla divulgação didática da necessidade social do exercício legal da profissão.

Art. 8º Além de suas ações de rotina, de caráter preventivo, a estrutura de fiscalização dos CRT's, quando da ocorrência de prova ou indício de infração à legislação profissional, atuará de modo a reprimir o ato infracional, utilizando-se dos seguintes instrumentos:

I – Iniciativa dos CRT's quando constatada, pelos meios de que este dispõe, prova ou indício de infração à legislação profissional;

II – Relatório elaborado pelas equipes de fiscalização dos CRT's;

III – denúncia formalizada por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado.

§ 1º Nos casos a que se refere o inciso III deste artigo, o CRT deverá proceder à verificação in loco da efetiva ocorrência da suposta infração.

§ 2º A denúncia anônima poderá ser efetuada, por meio de ligação telefônica dirigida ao setor competente do SINCETI, sendo o seu encaminhamento precedido de apuração pelo CRT, desde que contenha descrição detalhada do fato denunciado e apresentação de provas circunstanciais ou de indícios que configurem a suposta infração à legislação profissional.

Art. 9º As equipes de fiscalização do exercício profissional dos técnicos industriais dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais serão compostas por equipe multidisciplinar integrada por auxiliares de fiscalização e atendimento e técnicos de fiscalização e atendimento que poderão efetuar os atos de fiscalização de forma individual ou conjunta.

Art. 10 O SINCETI contará com um módulo eletrônico de fiscalização, no qual deverão ser registradas as ações de fiscalização realizadas em cada um dos CRT's.

Parágrafo único. O SINCETI conterá relatórios gerenciais periódicos, com informações das áreas fiscalizadas em determinado período de tempo e dos resultados obtidos.

Art. 11. As ações de fiscalização empreendidas pelos CRT's serão registradas em Relatórios Digitais de Fiscalização, os quais deverão conter os seguintes elementos:

I – datas da fiscalização e da emissão do relatório, nome completo, número de matrícula funcional e assinatura do integrante da equipe de fiscalização;

II – identificação da pessoa física ou jurídica fiscalizada, contendo nome e endereço completo, CPF ou CNPJ;

III – identificação da atividade fiscalizada, seu endereço e localização georreferenciada, indicação da fase em que se encontra e caracterização de sua natureza e quantificação;

IV – identificação do Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) relativo à atividade fiscalizada se houver;

V – nome completo e número de registro profissional no CRT do responsável técnico pela atividade, quando for o caso;

VI – informações que atestem ou não a efetiva participação do responsável técnico na atividade fiscalizada, quando for o caso;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



VII – descrição dos elementos que configurem infração à legislação profissional e caracterização do fato gerador que justifiquem a notificação ou atuação da pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada, quando for o caso;

VIII – identificação do responsável pelas informações prestadas sobre a atividade fiscalizada, incluindo nome completo e função exercida, se for o caso;

IX – descrição de fato que caracterize embaraço ou resistência à fiscalização, quando couber.

Art. 12. Ao relatório de fiscalização devem ser anexadas, sempre que possível, cópias digitais de documentos que caracterizem a infração e a abrangência da atuação da pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada, tais como:

I – contrato de prestação do serviço referente à atividade fiscalizada;

II – contrato social da pessoa jurídica e de suas alterações, se for o caso;

III – projetos, laudos e outros documentos relacionados à atividade fiscalizada;

IV – fotografias da atividade fiscalizada;

V – declaração do contratante ou de testemunhas;

VI – informação sobre as condições de regularidade de registro do responsável técnico perante o CRT.

CAPÍTULO IV – DOS RITOS DA FISCALIZAÇÃO

Art. 13. Constatada a ocorrência de infração, caberá ao integrante da equipe de fiscalização do CRT registrar o fato no relatório digital de fiscalização e lavrar a notificação da pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada para, no prazo estabelecido, adotar as providências necessárias para regularizar a situação.

Parágrafo único. A notificação, que constitui o ato administrativo inicial que relata a ocorrência de infração, fixará o prazo de 15 (quinze) dias para a regularização, contados do primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.

Art. 14. A Notificação lavrada pelo integrante da equipe de fiscalização deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica notificada, incluindo, CPF ou CNPJ, conforme o caso;

II – identificação da atividade fiscalizada, indicando sua natureza, finalidade e localização, além do nome e endereço do contratante, quando houver;

III – data da notificação, nome completo, número de matrícula funcional e assinatura do integrante da equipe de fiscalização;

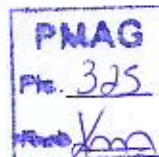
IV – fundamentação legal para a notificação;

V – descrição da irregularidade constatada que caracteriza a infração, capitulação desta e da penalidade cabível, e valor da multa a que estará sujeita a pessoa física ou jurídica notificada, caso não regularize a situação no prazo estabelecido;

VI – indicação das providências a serem adotadas pela pessoa física ou jurídica notificada para, no prazo estabelecido, regularizar a situação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



Parágrafo único. A regularização da situação no prazo estabelecido exige a pessoa física ou jurídica notificada das cominações legais.

Art. 15. Esgotado o prazo estabelecido na notificação sem que a situação tenha sido regularizada, será lavrado o auto de infração contra a pessoa física ou jurídica notificada, indicando a capitulação da infração e da penalidade cabível.

§ 1º O auto de infração é o ato administrativo processual lavrado por integrante da equipe de fiscalização do CRT, que instaura o processo administrativo e expõe os fatos ilícitos atribuídos à pessoa física ou jurídica autuada, indicando a legislação infringida.

§ 2º Caso os fatos envolvam, na atividade fiscalizada, a participação irregular de mais de uma pessoa física ou jurídica, deverá ser lavrado um auto de infração específico contra cada uma delas.

Art. 16. O auto de infração deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – nome e endereço completos da pessoa física ou jurídica autuada, incluindo, CPF ou CNPJ, conforme o caso;

II – data do auto de infração e nome completo, número de matrícula funcional e assinatura digital do integrante da equipe de fiscalização;

III – fundamentação legal por meio da qual o CRT lavra o auto de infração;

IV – identificação da atividade fiscalizada, indicando sua natureza, finalidade e localização, além do nome e endereço do contratante, quando houver;

V – descrição da irregularidade constatada que caracteriza a infração, capitulação desta e da penalidade cabível, e valor da multa a que está sujeita a pessoa física ou jurídica autuada;

VI – indicação de reincidência infracional, se for o caso;

VII – indicação do prazo de 15 (dias) dias para que a pessoa física ou jurídica autuada efetue o pagamento da multa e regularize a situação ou apresente defesa à Comissão de Registro e Fiscalização do CRT.

§ 1º Não será lavrado novo auto de infração referente à mesma atividade fiscalizada e contra a mesma pessoa física ou jurídica autuada antes do trânsito em julgado da decisão relativa à infração.

§ 2º Depois de lavrado o auto de infração a regularização da situação não exige a pessoa física ou jurídica das cominações legais.

Art. 17. Transitada em julgado a decisão, dar-se-á a reincidência se a pessoa física ou jurídica praticar nova infração capitulada no mesmo dispositivo legal pela qual anteriormente tenha sido condenada.

Parágrafo único. Equivale à nova infração, para os fins deste artigo, a continuidade da atividade que tenha ensejado a autuação anterior se não tiver sido regularizada a situação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

PMAG
Pto. 326
[assinatura]

CAPÍTULO V – DAS DEFESAS E DOS RECURSOS

SEÇÃO I – DA DEFESA PERANTE A COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO CRT REGIONAL

Art. 18. Depois de ter sido lavrado o auto de infração a pessoa física ou jurídica autuada poderá, no prazo de 10 (dez) dias definido no inciso VII do art. 16 desta Resolução, apresentar defesa perante a Comissão de Registro e Fiscalização do CRT.

Parágrafo único. No caso de o CRT não contar com a Comissão de Registro e Fiscalização na sua estrutura organizacional, a atribuição de julgar em primeira instância será exercida pelo Plenário.

Art. 19. Apresentada defesa tempestiva ao auto de infração, a Comissão de Registro e Fiscalização do CRT decidirá pela manutenção da autuação, explicitando as razões de sua decisão, bem como as disposições legais infringidas e a penalidade correspondente, ou pelo arquivamento fundamentado do processo.

§ 1º Para análise da defesa na Comissão de Registro e Fiscalização do CRT o processo será distribuído para um conselheiro relator, que deve apresentar relatório e voto fundamentado.

§ 2º Apresentado o relatório e voto do conselheiro relator, a comissão decidirá pela manutenção do auto de infração ou pelo arquivamento do processo.

Art. 20. A pessoa física ou jurídica autuada será comunicada do resultado do julgamento da comissão através de correspondência ou por correio eletrônico acompanhada de cópia da decisão proferida.

§ 1º Da decisão a que se refere o caput deste artigo a pessoa física ou jurídica autuada poderá interpor recurso, que terá efeito suspensivo, ao Plenário do CRT, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação.

§ 2º No caso de a pessoa física ou jurídica autuada não apresentar defesa tempestiva, considerar-se-á que esta reconhece e aceita o auto de infração, não havendo qualquer impedimento ao curso normal do processo.

Art. 21. A Comissão de Registro e Fiscalização do CRT julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo.

Parágrafo único. Procedido o julgamento, à revelia, pela Comissão de Registro e Fiscalização do CRT, a pessoa física ou jurídica será comunicada da decisão, sendo instada a, caso deseje, cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes.

SEÇÃO II – DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CRT

Art. 22. Apresentado recurso tempestivo à decisão da Comissão de Registro e Fiscalização do CRT este será encaminhado ao Plenário do CRT para apreciação e julgamento.

Art. 23. Para análise do recurso pelo Plenário do CRT, o processo será distribuído para um conselheiro relator, que deve apresentar relatório e voto fundamentado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



Art. 24. Depois da apresentação do relatório e voto do conselheiro relator, o Plenário do CRT decidirá pela manutenção da decisão da Comissão de Registro e Fiscalização ou pelo arquivamento do processo.

Art. 25. A pessoa física ou jurídica autuada será comunicada do resultado do julgamento do Plenário do CRT por meio de correspondência acompanhada de cópia da decisão proferida.

Parágrafo único. Da decisão a que se refere o caput deste artigo a pessoa física ou jurídica autuada poderá interpor recurso ao Plenário do CFT, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação.

SEÇÃO III – DO RECURSO AO PLENÁRIO DO CFT

Art. 26. Sendo apresentado recurso tempestivo à decisão do CRT, o processo, ao ingressar no CFT, será encaminhado para apreciação da Comissão de Registro e Fiscalização do CFT.

§ 1º Ingressando na Comissão de Registro e Fiscalização do CFT, o processo será distribuído para um conselheiro relator designado para emitir relatório e voto fundamentado, que será submetido à deliberação da comissão.

§ 2º Qualquer que seja a deliberação da Comissão de Registro e Fiscalização do CFT, ela será encaminhada ao Plenário do CFT para decisão final.

Art. 27. O CFT examinará a deliberação da Comissão de Registro e Fiscalização do CFT, cabendo ao coordenador desta comissão apresentá-lo ao Plenário do Conselho.

Art. 28. Após a análise da deliberação da comissão, o Plenário do CFT decidirá pela manutenção do auto de infração ou pelo arquivamento do processo.

Art. 29. Julgado o recurso pelo Plenário do CFT, os autos serão encaminhados ao CRT para execução da decisão.

Parágrafo único. A pessoa física ou jurídica autuada será comunicada do resultado do julgamento do Plenário do CFT por meio de correspondência acompanhada de cópia da decisão proferida.

SEÇÃO IV – DA EXECUÇÃO DA DECISÃO

Art. 30. Transitada em julgado a decisão que confirma o auto de infração, compete ao CRT responsável pela autuação a execução da decisão proferida.

Art. 31. Para a execução da decisão, o CRT deverá oficial a pessoa física ou jurídica autuada para, nos casos em que for possível, regularizar a situação que ensejou a lavratura do auto de infração, informando-a da penalidade que lhe foi imposta.

Parágrafo único. Nos casos em que a regularização seja possível, o CRT deverá indicar as providências a serem adotadas, de acordo com a legislação vigente.

CAPÍTULO VI – DAS PENALIDADES

Art. 32. Nenhuma penalidade será aplicada sem que tenha sido assegurado, à pessoa física ou jurídica autuada, amplo direito de defesa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



Art. 33. Quando a infração apurada constituir prova ou indício de violação da Lei de Contravenções Penais, o CRT comunicará o fato à autoridade competente, sem prejuízo da aplicabilidade das penalidades previstas nesta Resolução.

Art. 34. Sem prejuízo de outras sanções disciplinares previstas na Lei nº 13.639, de 2018, quando cabíveis, os CRT's aplicarão às pessoas físicas ou jurídicas autuadas por infração à legislação profissional multas com base nos valores estabelecidos no artigo seguinte.

Art. 35. As infrações ao exercício da profissão do técnico industrial nos termos definidos nesta Resolução serão punidas com multas, respeitados os seguintes limites:

I – técnico industrial sem registro no CRT exercendo atividade fiscalizada por este conselho;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 1 (uma) vez e na reincidência 2 (duas) vezes o valor vigente da anuidade;

II – técnico industrial com registro suspenso no CRT exercendo atividade fiscalizada pelo conselho;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 1 (uma) vez e na reincidência 2 (duas) vezes o valor vigente da anuidade;

III – técnico industrial com registro cancelado no CRT exercendo atividade fiscalizada pelo conselho;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 1 (uma) vez e na reincidência 2 (duas) vezes o valor vigente da anuidade;

IV – técnico industrial com registro no CRT regular exercendo atividade fiscalizada sem ter feito o devido TRT;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: 300% (trezentos por cento) do valor vigente da taxa do TRT;

V – Acobertamento praticado por técnico industrial – assunção de responsabilidade técnica por atividade fiscalizada pelo CRT executada por outro profissional ou por leigo;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 2 (duas) vezes e na reincidência 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade;

VI – Acobertamento praticado por profissional que exerce atividade compartilhada com técnico industrial – assunção de responsabilidade técnica por atividade fiscalizada pelo CRT executada por outro profissional ou por leigo;

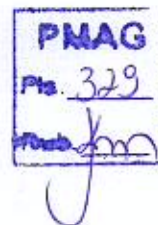
Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 2 (duas) vezes e na reincidência 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade;

VII – Exercício ilegal de atividade fiscalizada pelo CRT por pessoa física não habilitada (leigo);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 2 (duas) vezes e na reincidência 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade;

VIII – Obstrução de fiscalização provocada por pessoa física;

Infrator: pessoa física;

Valor da Multa: mínimo de 1 (uma) vez e na reincidência de 2 (duas) vezes o valor vigente da anuidade;

IX – Obstrução de fiscalização provocada por pessoa jurídica;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 2 (duas) vezes e máximo de 5 (cinco) vezes o valor vigente da anuidade;

X – Pessoa jurídica sem registro no CRT exercendo atividade técnica de técnico industrial;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e na reincidência de 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade, observando o capital social e o artigo 5º da Resolução nº 44, de 22 de novembro de 2018;

XI – Pessoa jurídica registrada no CRT, mas sem responsável técnico, exercendo atividade fiscalizada por este conselho;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e na reincidência 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;

XII – Pessoa jurídica com registro cancelado no CRT, exercendo atividade fiscalizada por este conselho;

Infrator: pessoa jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 5 (cinco) vezes e na reincidência 10 (dez) vezes o valor vigente da anuidade;

XIII – Demais casos;

Infrator: pessoa física ou jurídica;

Valor da Multa: mínimo de 1 (uma) vez e na reincidência 2 (duas) vezes o valor vigente da anuidade.

Parágrafo único – No caso de acobertamento o profissional será remetido ao Código de Ética.

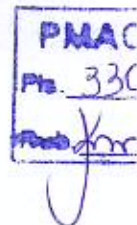
Art. 36. Ressalvada a hipótese do inciso IV do artigo anterior, as multas serão aplicadas proporcionalmente à gravidade da infração cometida, observados os seguintes critérios:

I – os antecedentes da pessoa física ou jurídica autuada, quanto à condição de primariedade ou de reincidência da infração;

II – a situação econômica da pessoa física ou jurídica autuada;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



III – a gravidade da infração;

IV – as consequências da infração, considerando-se o dano ou prejuízo dela decorrente;

V – a regularização da situação, com a consequente eliminação do fato gerador do auto de infração.

Art. 37. Após a decisão transitada em julgado, a multa não paga será inscrita em dívida ativa e cobrada judicialmente, podendo, quando for o caso, os serviços do SINCETI ficarem indisponíveis para a pessoa física ou jurídica em débito.

CAPÍTULO VII – DOS ATOS PROCESSUAIS

SEÇÃO I – DA NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 38. Os atos processuais serão considerados nulos nos seguintes casos:

I – ausência de notificação da pessoa física ou jurídica autuada;

II – ilegitimidade de parte;

III – falta de correspondência entre os fatos descritos no auto de infração e os dispositivos legais nele capitulados;

IV – ausência ou inadequação de fundamentação legal da decisão de qualquer das instâncias julgadoras que resulte em penalidade à pessoa física ou jurídica autuada;

V – impedimento ou suspeição de membro de qualquer das instâncias julgadoras, desde que tenha participado da instrução ou julgamento do processo;

VI – falta de cumprimento de qualquer das demais formalidades previstas em lei.

Art. 39. A nulidade poderá ser arguida a requerimento do autuado ou de ofício, em qualquer fase do processo antes da decisão transitada em julgado.

Art. 40. A nulidade não será considerada se, praticada por outra forma, o ato processual tiver atingido seu fim.

Art. 41. Havendo nulidade, não obstante o disposto no artigo anterior, em qualquer fase processual os autos retornarão às instâncias competentes para repetição ou retificação do ato processual.

SEÇÃO II – DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 42. A notificação e o auto de infração deverão ser entregues por correspondência remetida por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou por outro meio legalmente admitido que assegure a ciência da pessoa física ou jurídica autuada.

§ 1º Em todos os casos, o comprovante de entrega deverá ser juntado ao processo.

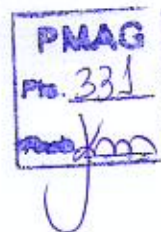
§ 2º Caso a pessoa física ou jurídica autuada recuse ou obstrua o recebimento da notificação ou do auto de infração, o fato deverá ser registrado no processo.

Art. 43. Em qualquer fase do processo, não sendo encontrada a pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada ou seu representante, ou ainda, em caso de recusa do recebimento da notificação ou do auto de infração, o extrato destes atos processuais será divulgado em publicação do CRT em um dos seguintes meios:

I – Diário Oficial do Estado;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



II – jornal de circulação na jurisdição.

Parágrafo único. A lavratura de termo circunstanciado da recusa, pelo agente da fiscalização com a assinatura de duas testemunhas presentes ao ato, dispensará a divulgação de que trata este artigo.

SEÇÃO III – DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 44. A extinção do processo ocorrerá:

I – quando qualquer uma das instâncias julgadoras concluir pela inconsistência dos elementos indicativos da infração ou quando houver falha na constituição do processo;

II – quando for declarada a prescrição do fato que originou o processo;

III – quando uma das instâncias julgadoras concluir que se exauriu a finalidade do processo ou a execução da decisão se tornar inviável, inútil ou prejudicada por fato superveniente;

IV – quando for proferida decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado;

V – pelo falecimento.

SEÇÃO IV – DA CONTAGEM DOS PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA

Art. 45. Os prazos para contestação à notificação e ao auto de infração referidos nesta Resolução serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação referente aos mesmos.

§ 1º Não sendo possível localizar a pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada, os prazos serão contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da data da publicação do edital destinado a dar publicidade à notificação ou ao auto de infração.

§ 2º Se o vencimento do prazo considerado ocorrer em dia em que não haja expediente no CRT Regional ou se este for encerrado antes do horário normal, prorrogar-se-ão os prazos para o primeiro dia útil subsequente.

§ 3º Os prazos expressos nesta Resolução contar-se-ão em dias úteis.

SEÇÃO V – DA PRESCRIÇÃO

Art. 46. Prescreve em cinco anos a ação punitiva do CFT e dos CRT's em processos administrativos que objetivem apurar infração à legislação profissional relativa ao exercício da profissão do técnico industrial, contados da data do fato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

Parágrafo único. Enquadram-se neste artigo os processos administrativos instaurados contra técnicos industriais, empresas de atuação na área profissional dos técnicos industriais e pessoas físicas e jurídicas sem atribuição legal, excluindo-se os processos ético-disciplinares.

Art. 47. Interrompe-se a contagem do prazo prescricional dos processos administrativos:

I – pela notificação do autuado;

II – por qualquer ato inequívoco que importe na apuração do fato;

III – pela decisão recorrível.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT

PMAG
Pte. 332
[Assinatura]

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste artigo, o prazo prescricional de cinco anos será reiniciado.

Art. 48. Dá-se a prescrição do processo administrativo quando este permanecer paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional e do Conselheiro decorrente da paralisação.

§ 1º Nos casos referidos no caput deste artigo os autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada.

§ 2º Constatado que o processo prescreveu por conta de perda de prazos por parte do servidor/funcionário esse sofrerá as seguintes penalidades:

I - Advertência

II - Suspensão ou abertura de PAD, caso dos conselheiros será remetido ao Conselho de Ética.

CAPÍTULO VIII – DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E DA INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA

Art. 49. O contencioso administrativo relativo às ações de fiscalização será de competência do CRT, observados os dispositivos legais atinentes à matéria.

Art. 50. O CRT deve instaurar um processo específico para cada auto de infração, com indicação do número deste e da data da autuação, do nome da pessoa física ou jurídica autuada e da descrição e capitulação da infração.

Parágrafo único. Para configuração da reincidência o processo deverá ser instruído com cópia da decisão transitada em julgado referente à autuação anterior de mesma natureza.

Art. 51. Para efeito desta Resolução considera-se transitada em julgado a decisão da qual não mais cabe recurso perante ao CFT.

Art. 52. Os valores não pagos, baseados em decisão transitada em julgado, serão encaminhados para inscrição em dívida ativa, na forma disposta no art. 37 desta Resolução, e cobrados administrativa ou judicialmente.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. A instauração, instrução e julgamento de processo por infração à legislação profissional obedecerão aos princípios da legalidade, formalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 54. Todos os atos e termos processuais serão feitos por escrito, utilizando-se o vernáculo, indicando a data e o local de sua realização e a assinatura do responsável.

Parágrafo único. Compreendem-se como atendendo às disposições deste artigo os atos praticados por meio digital desde que o responsável decline a respectiva certificação digital.

Art. 55. Não pode ser objeto de delegação de competência a decisão relativa ao julgamento de processos de infração, inclusive nos casos de revelia, exceto nos casos previstos no parágrafo único do art. 18 desta Resolução.

Art. 56. Os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração ao Código de Ética Profissional são regulamentados em resolução específica.

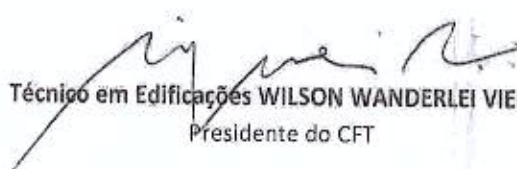


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS – CFT



Art. 57. Nos casos omissos aplicar-se-ão, supletivamente, a legislação profissional vigente, as normas do Direito Administrativo, do Processo Civil Brasileiro e os princípios gerais do Direito.

Art. 58. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Técnico em Edificações **WILSON WANDERLEI VIEIRA**
Presidente do CFT



RESOLUÇÃO Nº 085, DE 28 DE OUTUBRO DE 2019.

Aprova a Tabela de Títulos de profissionais dos TÉCNICOS INDUSTRIAIS no SINCETI.

O CONSELHO FEDERAL DE TÉCNICOS INDUSTRIAIS - CFT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018;

Considerando o estabelecido no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 que habilita a atuação dos profissionais em todo território nacional;

Considerando o art. 9º do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985;

Considerando a resolução CFT nº 003 que instituiu o SINCETI e instituiu que o registro de pessoas físicas tem âmbito nacional;

Considerando a necessidade de relacionar os diversos títulos profissionais, com características curriculares idênticas, similares ou resultantes de micro áreas do conhecimento, para instituir e manter o Cadastro Nacional dos Técnicos Industriais;

Considerando que compete ao sistema de ensino a formação profissional e ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais a habilitação para o exercício profissional, através de registro do técnico industrial junto ao mesmo;

Considerando que o Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação institui o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, onde são inseridos novos títulos profissionais de Técnicos Industriais a cada período;

Considerando a necessidade de prover celeridade no atendimento ao pedido de registro de profissionais egressos do Sistema de Ensino, para inserção no mercado de trabalho;

Considerando a resolução CFT nº 072, de 24 de maio de 2019 que autoriza a inclusão de novos títulos à Tabela de Títulos de profissionais do CFT.

RESOLVE

Art.1º. Aprovar a Tabela de Títulos de profissionais dos TÉCNICOS INDUSTRIAIS no SINCETI com a seguinte redação:

TABELA DE TÍTULOS PROFISSIONAIS SINCETI	
101	TECNICO EM ACUCAR E ALCOOL
102	TECNICO EM AERONAUTICA – em extinção
103	TECNICO EM MECÂNICA DE AERONAVES
104	TECNICO EM AGRIMENSURA
105	TECNICO EM AGROINDUSTRIA
106	TECNICO EM ALIMENTOS
107	TECNICO EM ANALISES QUIMICAS

[Handwritten mark]



CFT
Conselho Federal dos
Técnicos Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: cft@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br



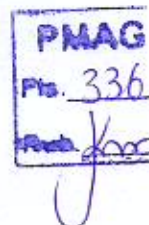
108	TECNICO EM AUTOMACAO INDUSTRIAL
109	TECNICO EM AUTOMACAO INDUSTRIAL ELETRONICA
110	TECNICO EM AUTOMOBILISTICA
111	TECNICO EM BENEFICIAMENTO DE MADEIRA
112	TECNICO EM BIOCOMBUSTIVEIS
113	TECNICO EM BIOTECNOLOGIA
114	TECNICO EM BORRACHA
115	TECNICO EM CALCADOS
116	TECNICO EM CELULOSE
117	TECNICO EM CELULOSE E PAPEL
118	TECNICO EM CERAMICA
119	TECNICO EM CERVEJA E REFRIGERANTES
120	TECNICO EM CERVEJARIA
121	TECNICO EM COMPUTACAO GRAFICA
122	TECNICO EM CONSERVACAO E RESTAURO
123	TECNICO EM CONSTRUCAO CIVIL
124	TECNICO EM CONSTRUCAO DE MAQUINAS E MOTORES
125	TECNICO EM CONSTRUCAO NAVAL
126	TECNICO EM CONTROLE AMBIENTAL
127	TECNICO EM CONTROLE DE QUALIDADE ALIMENTOS
128	TECNICO EM CONTROLE DE QUALIDADE DE ALIMENTOS
130	TECNICO EM CURTIMENTO
131	TECNICO EM DECORACAO
132	TECNICO DESENHISTA DE ARQUITETURA
133	TECNICO DESENHISTA DE MAQUINAS
134	TECNICO EM DESENHO DE CONSTRUCAO CIVIL
135	TECNICO EM DESENHO DE PROJETOS
136	TECNICO EM DESENHO DE PROJETOS - MECANICA
137	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
138	TECNICO EM DESIGN DE INTERIORES
139	TECNICO EM DESIGN DE JOIAS
140	TECNICO EM DESIGN DE MOVEIS
141	TECNICO EM EDIFICACOES
142	TECNICO EM ELETRICIDADE
143	TECNICO EM ELETROELETRONICA
144	TECNICO EM ELETROMECHANICA
145	TECNICO EM ELETRONICA
146	TECNICO EM ELETRONICA - TELECOMUNICACOES



CFT
Conselho Federal das
Técnicas Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: cft@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br



147	TECNICO EM ELETROTECNICA
148	TECNICO EM CONSTRUCAO CIVIL
149	TECNICO EM EQUIPAMENTOS BIOMEDICOS
150	TECNICO EM EQUIPAMENTOS PESQUEIROS
151	TECNICO EM ESTRADAS
152	TECNICO EM ESTRADAS E PONTES
153	TECNICO EM ESTRUTURAS NAVAIS
154	TECNICO EM FABRICACAO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS
155	TECNICO EM FABRICACAO MECANICA
156	TECNICO EM FIACAO – em extinção
157	TECNICO EM FIACAO E TECELAGEM – em extinção
158	TECNICO EM FIACAO TECNICA – em extinção
160	TECNICO EM FOTOGRAMETRIA
162	TECNICO EM FUNDICAO – em extinção
163	TECNICO EM GEODESIA E CARTOGRAFIA
164	TECNICO EM GEOLOGIA
165	TECNICO EM GEOMENSURA
166	TECNICO EM GEOPROCESSAMENTO
167	TECNICO EM HIDROLOGIA
168	TECNICO EM IMPRESSAO OFFSET
169	TECNICO EM IMPRESSAO ROTOGRAFICA E FLEXOGRAFICA
170	TECNICO EM INFORMATICA
171	TECNICO EM INFORMATICA INDUSTRIAL
172	TECNICO EM INFORMATICA PARA INTERNET
173	TECNICO EM INSTRUMENTACAO
174	TECNICO EM JOALHERIA
175	TECNICO EM MALHARIA
176	TECNICO EM MANUTENCAO AUTOMOTIVA
177	TECNICO EM MANUTENCAO DE AERONAVES
178	TECNICO EM MANUTENCAO DE AERONAVES EM AVIONICOS
179	TECNICO EM MANUTENCAO DE AERONAVES EM CELULA
180	TECNICO EM MANUTENCAO DE AERONAVES EM GRUPO MOTOR
181	TECNICO EM MANUTENCAO DE COMPUTADORES
182	TECNICO EM MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS MEDICO- HOSPITALARES
183	TECNICO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS
184	TECNICO EM MANUTENCAO DE MAQUINAS PESADAS
185	TECNICO EM MANUTENCAO DE SISTEMAS METROFERROVIARIOS
186	TECNICO EM MANUTENCAO E SUPORTE INFORMATICA

2



CFT
Conselho Federal das
Técnicas Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: cft@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br

PMAG
Pb. 337
[Handwritten signature]

187	TECNICO EM MANUTENCAO INDUSTRIAL – em extinção
188	TECNICO EM MAQUETARIA
189	TECNICO EM MAQUINAS
190	TECNICO EM MAQUINAS E MOTORES
191	TECNICO EM MAQUINAS NAVAIS
192	TECNICO EM MATERIAIS – em extinção
193	TECNICO EM MECANICA
194	TECNICO EM MECANICA DE PRECISAO
195	TECNICO EM MECATRONICA
196	TECNICO EM MEIO AMBIENTE
197	TECNICO EM METALURGIA
198	TECNICO EM METEOROLOGIA
199	TECNICO EM METROLOGIA
200	TECNICO EM MICROINFORMATICA
201	TECNICO EM MINERACAO
202	TECNICO EM MONTAGEM E MANUTENCAO DE SISTEMAS DE GAS E COMBUSTIVEL
203	TECNICO EM MOVEIS
204	TECNICO EM MULTIMIDIA
205	TECNICO EM NAUTICA
206	TECNICO NAVAL
208	TECNICO EM OPERACOES DE REATORES
209	TECNICO EM PAISAGISMO
210	TECNICO EM PAPEL – em extinção
211	TECNICO EM PERFURACAO DE POCOS – em extinção
212	TECNICO EM PETROLEO E GAS
213	TECNICO EM PETROQUIMICA
214	TECNICO EM PLASTICO
215	TECNICO EM PORTOS
216	TECNICO EM PRE-IMPRESSAO GRAFICA
217	TECNICO EM PROCESSAMENTO DA MADEIRA
218	TECNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS – em extinção
220	TECNICO EM PROCESSAMENTO DE PESCADO
221	TECNICO EM PROCESSOS FONOGRAFICOS
222	TECNICO EM PROCESSOS FOTOGRAFICOS
223	TECNICO EM PROCESSOS GRAFICOS
224	TECNICO EM PRODUCAO DE AUDIO E VIDEO
225	TECNICO EM PROGRAMACAO DE JOGOS DIGITAIS
226	TECNICO EM PROTECAO RADIOLOGICA



CFT
Conselho Federal das
Técnicas Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: cft@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

www.cft.org.br



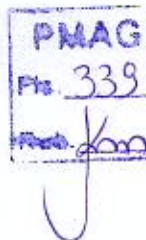
227	TECNICO EM QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
228	TECNICO EM QUIMICA
229	TECNICO EM RADIO E TELEVISAO
230	TECNICO EM RECICLAGEM
231	TECNICO EM REDE DE COMPUTADORES
232	TECNICO EM REDES DE COMUNICACAO
233	TECNICO EM REFRIGERACAO E AR CONDICIONADO
234	TECNICO EM REFRIGERACAO E CLIMATIZACAO
235	TECNICO EM SANEAMENTO
236	TECNICO EM SIDERURGIA
237	TECNICO EM SISTEMAS A GAS
238	TECNICO EM SISTEMAS DE COMUTACAO
239	TECNICO EM SISTEMAS DE ENERGIA RENOVAVEL
240	TECNICO EM SISTEMAS DE TRANSMISSAO
241	TECNICO EM SOLDAGEM
242	TECNICO EM TECELAGEM – em extinção
243	TECNICO EM TECNICO AEROPORTUARIO
244	TECNICO EM TECNICO GEOMATICA
245	TECNICO EM TECNOLOGIAS FINAIS DO GAS – em extinção
246	TECNICO EM TELECOMUNICACOES
247	TECNICO EM TELEFONIA – em extinção
248	TECNICO EM TELEFONIA TECNICA – em extinção
249	TECNICO TEXTIL
250	TECNICO EM TOPOGRAFIA - em extinção
251	TECNICO EM TRÂNSITO
252	TECNICO EM TRANSPORTE AQUAVIARIO
253	TECNICO EM TRANSPORTE DE CARGAS
254	TECNICO EM TRANSPORTE DUTOVIARIO
255	TECNICO EM TRANSPORTE METROFERROVIARIO
256	TECNICO EM TRANSPORTES RODOVIARIOS
257	TECNICO EM USINAGEM MECANICA – em extinção
258	TECNICO EM VESTUARIO
259	TECNICO EM MULTIMIDIA
260	TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE CARROS ELÉTRICOS
261	TÉCNICO EM INSPEÇÃO DE EQUIPAMENTOS
268	TÉCNICO EM ARTES GRAFICAS
269	TECNICO EM RECURSOS MINERAIS



CFT
Conselho Federal dos
Técnicos Industriais

SCS, Quadra 02, Bloco D, Ed. Oscar Niemeyer
9º Andar, CEP 70.316-900 – Brasília/DF
E-mail: cft@cft.org.br
Fone: 0800 016 1515

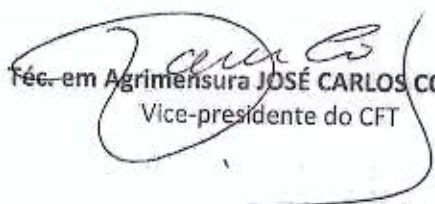
www.cft.org.br



Art.2º. Essa Resolução substitui a Resolução CFT nº 072, de 24 de maio de 2019 e altera a tabela de Títulos, anexo da Resolução nº 042/2018 do CFT;

Art.3º. A inclusão de novos títulos será feita pela equipe do CSC por determinação da Diretoria de Fiscalização e Normas do CFT, após instrução de processo analisado pela Comissão de Educação e Exercício Profissional do CFT.

Art.4º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação


Téc. em Agrimensura **JOSÉ CARLOS COUTINHO**
Vice-presidente do CFT



ATA DE JULGAMENTO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

Trata-se da análise de impugnação ao edital interposta pelo **CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 1ª REGIÃO (CRT-01)**.

DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi protocolizada por meio eletrônico com o envio da peça recursal para o e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, no dia 18/08/2020 (terça-feira) às 14h35min.

O Edital no item 7 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO, sub-item 7.1 (fl. 7) prevê que estes atos podem ocorrer em até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

A data da disputa foi designada para o dia 24.08.2020, pelo que se reconhece a tempestividade da impugnação apresentada nos termos art. 41, §2º da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Alega a impugnante, neste caso o CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 1ª REGIÃO (CRT-01), em síntese, que o edital não cita o Conselho Federal de Técnicos Industriais e Conselho Regionais do Técnicos industriais (CFT/CRT).

Desta forma, a impugnante, essencialmente, alega que o edital e seus anexos fixam o CREA/CAU como conselho competente perante ao registro da empresa e quadro de funcionários contratada, neste sentido reitera que tais funções abordada no objeto do edital, competem também ao CFT/CRT, tendo em vista que os projetos, planilhas e demais documentos foram elaborados e assinados por Técnico em Eletrotécnica, também informam que é necessário atentar-se a diferença entre ART (Anotação de Responsabilidade Técnica – Emitida pelo o CREA) e TRT (Termo de Responsabilidade Técnica – Emitida pelo o CRT) – sendo o TRT, presente no anexo deste processo licitatório.



[Handwritten signature]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020



Finalmente, a impugnante indica as resoluções 045/2018 – que dispõe sobre a fiscalização do exercício profissional do Técnico Industrial, os procedimentos para a formalização, instrução e julgamento de processos por infração à legislação e a aplicação de penalidades, e dá outras providências; resolução 074/2019 – que disciplina e orienta as prerrogativas e atribuições dos Técnicos Industriais com habilitação em Eletrotécnica, revoga a Resolução nº39 e dá outras providências; resolução 085/2019 que aprova a tabela de títulos de profissionais regido por este conselho e; resolução 094/2020 que altera o Art.3º Inciso XII e Parágrafo Único e Art.5º da Resolução nº074 de 05 de julho de 2019 e dá outras providências.

DO PEDIDO

Em síntese, requer a impugnante a retificação do edital licitatório na modalidade de tomada de preço 004/2020 com processo de licitação 103/2020 e demais anexos presente, tendo como intuito principal a inclusão deste conselho no item e subitens citados e demais anexos complementares e adequação do mesmo para enquadramento de profissionais com atribuições necessária conforme o objeto deste edital, de forma que possibilite a participação do Técnicos e Empresas Registrada por este conselho, (CFT/CRT).

ANÁLISE

Inicialmente, cabe ressaltar que o objeto do certame aqui tratado é a Contratação de empresa especializada para execução de serviços elétricos para extensão RDU de baixa e alta tensão para iluminação pública em diversas ruas e avenidas do município de Alto Garças - MT, conf. projetos, planilha orçamentária, cronograma, mem. descritivo, espec. e normas técnicas constantes.

Alega a impugnante que há cláusulas no Edital que restringem a participação dos profissionais ligados ao CRT. Entretanto, realmente, verifica-se que a habilitação dos profissionais regidos pela Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, é explícita em relação ao exercício profissional disposto no objeto do certame.

Desta forma, a admissão no certame da classe profissional mencionada possivelmente implicará na necessidade de revisão ou reformulação das propostas pelas licitantes, considerando-se eventual diferença no valor da remuneração entre profissionais de nível superior (CREA) e técnicos (CFT). No que toca ao processamento da impugnação, o Edital traz no item 7.5 “Se a impugnação ao edital for reconhecida e julgada procedente, serão corrigidos os vícios e, caso a formulação da proposta seja afetada, nova data será designada para a realização do certame”.



[Handwritten signatures and initials]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



DECISÃO

A habilitação dos profissionais regidos pela Lei Federal nº 13.639, de 26 de março de 2018, que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, é explícita em relação ao exercício profissional disposto no objeto do certame. Nesse sentido, de acordo com a análise da impugnação e observado, especialmente, as resoluções mencionadas do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT, esta presidente, após análise dos questionamentos, decide:

a) Acolher a impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA 1ª REGIÃO (CRT-01), para que seja incluído no certame como critério de habilitação de responsável técnico os profissionais da categoria técnica abrangidos pelo referido Conselho de Classe;

b) Tendo em vista o item anterior, será necessária a retificação e complementação tanto do Edital e seus anexos para atendimento às exigências legais e normativas indicadas;

c) Após a realização das retificações e complementações referidas no item “b”, faz-se necessária a devolução dos autos a esta Presidente para designação de nova data para realização do certame.

Alto Garças – MT, 20 de agosto de 2020.

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente

Membros:

LÚANA CRISTINA BATISTA

KARINNE M. DOS SANTOS MOTA



IMPUGNAÇÃO - TP 04/2020 ALTO GARÇAS -

Rita de Cássia Almeida do Carmo <rita31carmo@gmail.com>

Qui, 20/08/2020 15:40

Para: licitacaoag2017-2020@hotmail.com <licitacaoag2017-2020@hotmail.com>



📎 2 anexos (3 MB)

IMPUGNAÇÃO EDITAL - ALTO GARÇAS - RADIANTE.pdf; PROCURAÇÃO RADIANTE MARÇO 202006032020.pdf;

Boa tarde,

Segue anexo impugnação referente ao edital da TP 04/2020.

Por gentileza, acusar recebimento do e-mail.

--

Atenciosamente,

Dra. Rita de Cássia Almeida do Carmo

OAB/GO 31.267

E-mail: rita31carmo@gmail.com

Fone: (62) 984093259/98267-1225



À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS N°. 004/2020
Impugnação ao Edital

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – EPP,

Cadastrada sob o CNPJ nº 15.984.883/0001-99, Inscrição Estadual nº 10.506.793-8, Inscrição Municipal nº 1.002.084, com sede na Av. Volta Redonda, 951, Qd.256, Lt.02, Jd. Novo Mundo, Goiânia/GO, CEP 75.250-000, Fone/Fax (62) 3921-6599, e-mail: eletricaradiante@hotmail.com, por seu representante legal **SÉRGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO**, inscrito no CPF sob o nº 828.469.871-49, RG nº 4022002 DGPC/GO, neste ato representada por sua advogada devidamente constituída que a esta subscreve **RITA DE CÁSSIA ALMEIDA DO CARMO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita nos quadros da OAB/GO sob o nº 31.267, com endereço profissional e eletrônico constantes no rodapé desta, onde devem ser encaminhadas as intimações de estilo, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento no § 2º do art. 41, da Lei Nº 8666/93 apresentar **IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO** tendo em vista os fatos, razões e argumentos jurídicos abaixo aduzidos.

I. DOS FATOS e FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A Impugnante tem interesse em participar do procedimento licitatório referente a Tomada de Preços nº **004/2020**, gerenciado pela Impugnada para **contratação de empresa especializada para execução de serviços elétricos para extensão rdu de baixa e alta tensão para iluminação pública em diversas ruas e avenidas do municipio de alto garças - mt, conf. projetos, planilha orçamentária,**



Gud#J lqhg#F «wib#D q hgdgr#F dnp r#
D wlvwub#Muglfo#p subvúdd#



cronograma, mem. descritivo, espec. e normas técnicas constantes dos anexos desta tomada de preços, por execução indireta, em regime de empreitada por preço global.

Ao analisar o Edital e organizar os documentos para a Habilitação no certame, a equipe técnica da empresa constatou vícios que maculam o prosseguimento do certame, pois na planilha orçamentária não está incluso o pagamento da mão de obra do engenheiro eletricista, do encarregado e do eletricista, sendo que tal pagamento é exigido.

Inicialmente foi enviado questionamento em relação ao valor errado do CPRB constante no BDI, mas a administração mandou outra composição de BDI divergente do anexo do edital.

A ausência de tais custos dificulta a elaboração de proposta orçamentária, na medida em que interfere no valor final a ser apresentado pela empresa.

O TCU já decidiu em inúmeros julgados q de que a redação dos editais deve ser clara e objetiva de forma a evitar erros ou contradições que dificultem seu entendimento, levem a interpretações equivocadas ou dificultem a compreensão dos licitantes quanto às condições estabelecidas, tal entendimento se estende na elaboração da planilha orçamentária.

Portanto, a ausência de tais informações impede a elaboração de proposta com valores reais para a execução do objeto licitado.

II. DO PEDIDO



Goiânia/GO, aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2020.



Do exposto, restando evidenciada a prática de ato ilegal por parte da Impugnada, serve a presente impugnação para requerer informação dos custos com mão de obra do engenheiro eletricista, do encarregado e do eletricista, pois em desconformidade com as exigências legais, visando ampliar a competitividade do certame.

É na certeza de que a Administração será sensata, que apresentamos a presente peça, evitando, assim, a necessidade de acesso à esfera Judicial e ao Ministério Público, para obter a garantia dos direitos aqui pleiteados.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Goiânia/GO, aos 20 dias do mês de agosto do ano de 2020.
RITA DE CÁSSIA
ALMEIDA DO
CARMO: 97602671104

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CNPJ Nº. 15.984.883/0001-99

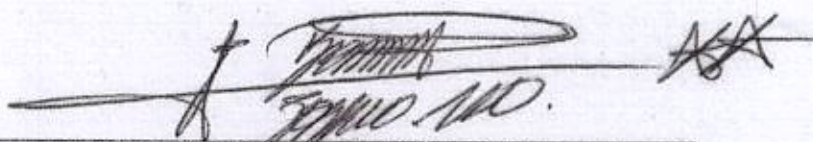
PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada sob o CNPJ nº 15.984.883/0001-99, Inscrição Estadual nº 10.506.793-8, Inscrição Municipal nº 1.002.084, com sede na Av. Volta Redonda, 951, Qd. 256, Lt. 02, Jardim Novo Mundo, Goiânia/GO, CEP 74703-080, Fone/Fax (62) 3921-6599, neste ato representada pelo seu representante legal **SÉRGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO**, inscrito no CPF sob o nº 828.469.871-49, RG nº 4022002 DGPC/GO e e-mail eletricaradiante01@gmail.com.

OUTORGADO: RITA DE CÁSSIA ALMEIDA DO CARMO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/GO sob o Nº. 31.267, com endereço na Rua R-5, Nº. 129, Setor Oeste, Goiânia - Go, CEP: 74.125-070, Fone: 9-88409-3259/9-8267-1225, endereço eletrônico: rita31carmo@gmail.com.

PODERES: amplos e gerais para representar o/a outorgante perante pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, qualquer instância ou tribunal, inclusive administrativamente, investido ainda de tais poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad judicium et extra*, onde com esta se apresentar, confessar, transigir - desde que autorizado por escrito pelo constituinte - reconvir, receber e dar quitação, fazer a retirada de alvarás em nome de qualquer outorgado, assinar documentos, firmar compromissos, negociar propostas de acordos, judicial ou extrajudicialmente, propor contra quem de direito as ações competentes e defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, assim como desistir de qualquer pretensão e praticar, enfim, todos os demais atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato, podendo inclusive substabelecer no todo ou em parte, conferindo assim ao outorgado, nos termos desta, todos os poderes previstos no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil - NCPC.

Goiânia/GO, terça-feira, aos 06 dias do mês de março do ano de 2020.



ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP
CNPJ nº 15.984.883/0001-99
SÉRGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO
CPF nº 828.469.871-49



ATA DE JULGAMENTO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 004/2020

Trata-se da análise de impugnação ao edital interposta pela empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP**.

DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi protocolizada por meio eletrônico com o envio da peça recursal para o e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, no dia 20/08/2020 (quinta-feira) às 15h40min.

O Edital no item 7 - DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS DO ATO CONVOCATÓRIO, sub-item 7.1 (fl. 7) prevê:

7.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

A data da disputa foi designada para o dia 24/08/2020, pelo que se reconhece a *intempestividade* da impugnação apresentada nos termos art. 41, §2º da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

DOS ARGUMENTOS DA IMPUGNANTE

Alega a impugnante, neste caso a empresa **ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP**, em síntese, que ao analisar o Edital e organizar os documentos para a Habilitação no certame, a equipe técnica da empresa constatou vícios que maculam o prosseguimento do certame, pois na planilha orçamentária não está incluso o pagamento da mão de obra do engenheiro eletricista, do encarregado e do eletricista, sendo que tal pagamento é exigido. Menciona que a ausência de tais custos dificulta a elaboração de proposta orçamentária, na medida em que interfere no valor final a ser apresentado pela empresa. E, que o TCU já decidiu em inúmeros julgados de que a redação dos editais deve ser clara e objetiva de forma a evitar erros ou contradições que dificultem seu entendimento, levem a interpretações equivocadas ou dificultem a compreensão dos licitantes quanto às condições estabelecidas, tal entendimento se



[Handwritten signatures]



estende na elaboração da planilha orçamentária. Portanto, a ausência de tais informações impede a elaboração de proposta com valores reais para a execução do objeto licitado.

DO PEDIDO

Em síntese, requer a impugnante a informação dos custos com mão-de-obra do engenheiro eletricista, do encarregado e do eletricista, pois em desconformidade com as exigências legais, visando ampliar a competitividade do certame, evitando, assim, a necessidade de acesso à esfera Judicial e ao Ministério Público, para obter a garantia dos direitos aqui pleiteados.

ANÁLISE

Inicialmente, cumpre registrar que o item 7.1 e 7.2, do Edital impugnado prevê que a impugnação deverá ser apresentada até 02 (dois) dias úteis antes da data de início da licitação, conforme transcrevemos:

“7.1. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

7.2. Os pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações ao edital, deverão, obrigatoriamente, serem encaminhados por escrito, devidamente instruídas contendo (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), bem como protocoladas na Prefeitura Municipal de ALTO GARÇAS, Setor de Licitações no endereço: Rua Dom Aquino, 346 - Centro - ALTO GARÇAS - MT, ou por e-mail (licitacaoag2017-2020@hotmail.com) no prazo de até 02 (dias) dias úteis antecedentes a data fixada para recebimento das propostas, sob pena de ser considerada intempestiva.” (grifo nosso)

Assim temos que a contagem do prazo para impugnação se faz com base no art. 110 da Lei 8.666/93, nos termos da previsão do artigo 9º da Lei nº 10.520, tendo por termo inicial a data estabelecida para o dia da apresentação da proposta, conforme segue:



[assinatura]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAG
Pte. 350
[Signature]

Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Portanto, verifica-se que a presente impugnação é *intempestiva*, uma vez que foi fixado o dia 24/08/2020 para a realização da sessão, e na forma da contagem geral de prazos não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem REGRESSIVA é o dia 21/08, sendo o dia 20/08 o segundo dia.

Deste modo, até o encerramento do expediente do dia 19/08/2020, poderia essa empresa ou qualquer outra interessada na presente licitação, impugnar o edital.

Assim, entendemos que por ser intempestiva, a impugnação não preencheu os requisitos exigidos nas cláusulas editalícias, razão pela qual entendemos que não deve ser conhecida.

Ainda nos itens 7.3 e 7.4, do Edital impugnado prevê que a impugnação deverá ser conhecido somente após o recebimento do original, bem como que os pedidos fora do prazo não serão considerados, conforme transcrevemos:

7.3. Qualquer pedido de impugnação encaminhado **via fax ou por e-mail será conhecido somente após o recebimento do original**, no Departamento de Licitação no endereço acima.

7.4. Impugnações ou pedidos de esclarecimentos protocolados fora do prazo não serão considerados; (*grifo nosso*)

O que vemos é que a impugnante não atendeu as exigências do ato convocatório quanto a sua manifestação de impugnação.

Por outro lado, entendemos pertinente analisar o mérito do requerido, embora de veras não fundamentada, temos a esclarecer o seguinte:

a) Quanto à mão-de-obra mencionada, importante informar que estas já estão devidamente consideradas em cada um dos itens da planilha orçamentária, cujo valor unitário é a soma do valor da Mão-de-Obra + Materiais a serem utilizados para cada item, conforme informação repassada pela Equipe de Engenharia desta Prefeitura, após consulta feita ao profissional responsável pela elaboração do projeto e planilha orçamentária.

[Signature]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



DECISÃO

Após esmero exame das razões apresentadas pela impugnante decidimos INDEFERIR a impugnação ao edital, pois não merece ser conhecido pela Administração, devido a intempestividade e a falta de fundamentação.

Alto Garças – MT, 26 de agosto de 2020.

ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO

Presidente

Membros:

LUANA CRISTINA BATISTA

KARINNE M. DOS SANTOS MOTA

